

19 JUN 1987

Livre iniciativa

Sarney

Entre as questões abordadas pelo presidente José Sarney em sua entrevista à imprensa, figura com grande destaque sua decisão de legar ao País uma nova política industrial, capaz de redimensionar o sistema produtivo e abrir maiores espaços à prosperidade. O aspecto fundamental dessa política é permitir que a livre iniciativa possa ser exercida em toda a sua plenitude, sem necessidade de autorizações ou controles burocráticos, sujeita apenas às regras da economia de mercado teoricamente vigente no Brasil.

Quando se diz que só teoricamente o sistema capitalista vigora entre nós não se pensa apenas em introduzir uma boutade nesse debate, mas refletir uma realidade cristalina, embora poucos consigam ou desejem enxergá-la. De um lado, o Estado brasileiro não é só intervencionista quanto ao arbitramento de regras para o funcionamento da iniciativa privada, como, também, participa da competição econômica através de diversos agentes empresariais. De outro, numerosas empresas não se pejam de solicitar favores oficiais, como subsídios, incentivos fiscais, crédito privilegiado e outros "estímulos", como se o Governo existisse para suprir eventuais deficiências do sistema econômico ou para assumir os riscos da livre concorrência.

Então, ao acenar para a iniciativa privada com a abertura da

economia à capacidade mobilizadora do capital particular, o Presidente fez uma advertência correta, ao colocar apenas uma restrição nesse processo: que os empreendedores não solicitem os favores do Governo e corram os riscos naturais da economia de mercado.

Está explícito na fala presidencial que esse convite se dirige com maior precisão aos capitais internacionais. Derruba-se assim os preconceitos contra os investidores externos e se procura reintegrar o Brasil nos processos de internacionalização da economia, marcados pelos fluxos e refluxos de capitais em todas as direções. Não há nessa proposta qualquer cessão de partes de nossa soberania, como pretendem distinguir algumas correntes xenófobas, mas a aceitação de empreendimentos estrangeiros que desejem aqui instalar-se e, dessa forma, colaborar no esforço interno de busca à prosperidade. É claro que essa operação inclui reciprocidade de tratamento, como o de permitir a livre apropriação dos lucros, até porque o Governo não concederá qualquer favor, subsídio ou estímulo aos investidores.

Se a reserva de mercado operou efeitos salutares no campo da informática, como o próprio presidente Sarney reconhece, esse critério não deve ser tomado como um dogma. Há vários campos de atuação econômica onde a iniciativa privada estrangeira poderá

instalar-se sem qualquer constrangimento e sem ferir interesse nacional algum. A nova política industrial em gestação, conforme o anúncio do Planalto, objetiva conferir novo e substancial empuxo à vocação brasileira para transformar sua economia em uma das primeiras do planeta. Não há nesse propósito nenhuma demasia, uma vez que o Brasil dispõe de todas as condições materiais para alcançar esse objetivo. Não lhe faltam inúmeras riquezas naturais, entre as quais avultam os minérios e as insurgências de gases nobres e hidrocarbonetos de alta qualificação, como o petróleo. Também aqui já se produzem requintadas tecnologias, como uma indústria plenamente capacitada a ampliar e aperfeiçoar sua produção de bens de capital, desde que seja convenientemente suprida de recursos internos e externos.

Colocado entre as dez potências industriais do mundo, o Brasil não precisa temer a concorrência internacional, mas aceitá-la como estímulo à capacidade de melhorar o seu desempenho e lançar-se com ousadia à conquista dos mercados. Protecionismos do Estado só servirão para tornar incompetivos os produtos, burocratizar as empresas, sufocar as conquistas tecnológicas e aceitar os lucros como uma certeza cartorial, jamais como resultado de uma concorrência vitoriosa, fundada em melhores preços e qualidade.

CORREIO BRAZILENSE